



MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 08/ AM /2024

**ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA DEZOITO DE DEZEMBRO
DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO**

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro reuniu, pelas vinte e uma horas, na Fundação Caixa Agrícola Costa Azul, em Santiago do Cacém, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

1. Expediente

2. Ata

3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL

a)- Grandes Opções do Plano e Orçamento 2025/2029.

b)- Mapa de Pessoal 2025

c)- Apoio às Freguesias de Santiago do Cacém Ano de 2025.

d)- Aquisição de Serviço de Seguros Diversos

e)- Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis.

4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA

Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Manuel Botelho Mourão, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Ana Harea, Norberto Valente Barradas, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, João Alberto Machado Guerreiro, Carmen Sofia Martins Figueira, Maria Teresa Pereira Machado Branco, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, Quitéria Graça Marques Gaspar, António Mário Conceição da Costa, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Ricardo Jorge da Cruz, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro dos Santos Beijinha e dos Senhores Vereadores Albano Joaquim Mestre Pereira, Luis Filipe dos Santos, Susana Louro Caiado Correia Pádua e Mónica Fialho Pires de Aguiar.

Não compareceram os membros: João Paulo de Melo Barros, Mário André dos Santos Mateus, Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira, David Oliveira Gorgulho.

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA


A Senhora Paula Maria Daniel de Melo Lopes, deu conhecimento de que o Senhor João Paulo de Melo Barros, eleito da CDU, se fazia substituir pela Senhora **Rita Susana Ribeiro Gonçalves**, que o Senhor Mário André dos Santos Mateus, eleito da CDU, se fazia substituir pelo Senhor **Joaquim António Gamito**, que o Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira, eleita do CHEGA, se fazia substituir pelo Senhor **Marco Paulo da Silva Mendes Guerreiro**, que o Senhor David Oliveira Gorgulho, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, eleito da CDU, se fazia substituir pelo Senhor **Fábio Daniel de Figueira Almeida Pereira**, que se seguem *imediatamente na ordem das respetivas listas*, em conformidade com o previsto no artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

Pela Senhora Presidente da União de Freguesias de São Domingos e Vale de Água, eleita da CDU Ana Maria Moraes Ribeiro Gonçalves, foi presentada a seguinte Moção: -----

“**Moção** -----

Pela vacinação obrigatória e gratuita contra a Febre Catarral Ovina (Doença da Língua Azul) -----

Considerando que: -----

A **Febre Catarral Ovina** (conhecida como Doença da Língua Azul) tem causado elevadas **taxas de mortalidade e abortos** nos efetivos de ovinos por todo o país, afetando também bovinos em alguns casos, conforme relatado por organizações como a Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal (CONFAGRI) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA); -----

A situação é agravada pelos **elevados custos de produção**, pela seca e pelos impactos das alterações climáticas, colocando em risco a sustentabilidade das explorações pecuárias, particularmente as que dependem de **raças autóctones em estado de conservação deficitário**; -----

O Edital nº 82 da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) já autoriza a vacinação contra o **Serotipo 3 do vírus** da doença, mas esta ainda não é obrigatória nem gratuita para todos os produtores, o que dificulta o controlo da epidemia; -----

A CNA e a CONFAGRI alertam para o risco de des controlo da doença, com impacto significativo na sustentabilidade económica das explorações pecuárias, e apelam à implementação de uma **vacinação obrigatória gratuita** e de medidas de apoio extraordinário; -----

A doença, não contagiosos para humanos, tem graves implicações na **economia rural**, afetando diretamente a subsistência dos pequenos e médios produtores e contribuindo para o abandono da atividade pecuária em zonas rurais. -----

Vários criadores do concelho já se manifestaram contra a falta de apoios e fizeram também chegar o seu descontentamento à Assembleia da República, tendo o PSD e CDS votado contra e o PS e CH abolido na proposta de alteração ao OE número 751C sobre “Vacinação contra a doença da língua azul” que foi assim chumbada. -----

Neste contexto, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 18 de Dezembro delibera: -----

1- exigir ao Governo a implementação de um plano nacional de vacinação obrigatória gratuita contra a Febre Catarral Ovina (Doença da Língua Azul), abrangendo todo o efetivo de ovinos e, prioritariamente, os produtores com Estatuto da Agricultura Familiar. -----

*Jan
X*

2 – Instar o Governo e a DGAV a realizarem uma campanha nacional de sensibilização e informação, dirigida aos produtores pecuários, sobre as melhores práticas de prevenção e contenção da doença. -----

3 – Exigir ao governo medidas extraordinárias de apoio financeiro para: Compensar as perdas de rendimentos dos produtores decorrentes de mortes de animais, abortos e outros impactos associados à doença; Suportar os custos adicionais relacionados com tratamentos e medidas de prevenção, como redes de proteção e desinsetização; ----- Enviar esta moção: Ministério da Agricultura e Florestas e Desenvolvimento Rural; Direção-Geral de Alimentação e Veterinária; CONFAGRI; CNA; Associação de Agricultores do concelho”. -----

A Senhora Presidente colocou a moção para discussão. -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta de moção a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e um votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU**, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, Rita Susana Ribeiro Gonçalves, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Joaquim António Gamito, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, Fábio Daniel de Figueira Almeida Pereira, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, **quatro das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Manuel Botelho Mourão, Ana Harea, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva e Ricardo Jorge da Cruz, um da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira.** ----- **Sete abstenções, sendo três dos eleitos da CDU, Senhores Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva e António Mário Conceição da Costa, três dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores/as Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos e Maria Teresa Pereira Machado Branco, e um do eleito do Chega, Senhor Marco Paulo da Silva Mendes Guerreiro.** -----

UTILIZAÇÃO GARAGENS PARA HABITAÇÃO -----

O Senhor Norberto Barradas, eleito da CDU, referiu que no Bairro do Pôr do Sol em Vila Nova de Santo André existem garagem a serem utilizadas para habitação, tendo questionado se existe autorização para estes espaços poderem ser utilizados como residências. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que tem chegado à Câmara Municipal alguns relatos sobre este assunto, que infelizmente não acontecem só no Município de Santiago do Cacém. Salientando que a transformação de garagens para habitação, só seria legal se a Câmara Municipal autorizasse a alteração de utilização, o que não aconteceu, porque não foi emitida nenhuma autorização. -----

Mais referiu que a Câmara o que tem feito é quando existe alteração de fachadas ou denúncias, os fiscais municipais vão ao local e no caso de se confirmar emitem um auto.

Pelo Senhor Rui Miguel Pereira Candeias, eleito da CDU, foi apresentada a seguinte Saudação: -----

“Voto de Saudação -----

Saudação aos 10 anos do Cante Alentejano como Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO -----

Considerando que: -----



O Cante Alentejano, um cante coletivo sem recurso a instrumentos, combina música e poesia numa manifestação de força, beleza e identidade, sendo uma das mais reconhecidas expressões culturais portuguesas no plano nacional e internacional; ----- A 27 de novembro de 2014, o Comité Internacional da UNESCO reconheceu o **Cante Alentejano** como **Património Cultural Imaterial da Humanidade**, uma conquista que enche de orgulho os alentejanos e todos os portugueses, afirmado o cante como símbolo identitário da região do Alentejo e elemento essencial da cultura e história de Portugal; -----

Este reconhecimento contribui para a **salvaguarda, promoção e valorização** do Cante Alentejano enquanto expressão cultural genuína, com raízes profundas na vida e nas tradições do povo alentejano, e também como forma de resistência e inspiração na luta por direitos, justiça e progresso social; -----

Este feito não seria possível sem o papel decisivo dos **cantadores alentejanos**, dos grupos corais, das **coletividades, associações e instituições**, dos seus dirigentes, ativistas e promotores, bem como das autarquias locais; -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 18 de Dezembro, delibera: -----

1-Saudar os 10 anos do reconhecimento do Cante Alentejano como Património Cultural e Imaterial da Humanidade pela Unesco, reafirmando a sua relevância como símbolo cultural e identitário da região e do país. -----

2-Enaltecer e felicitar todos os cantadores alentejanos, grupos corais, associações e coletividades que mantêm viva esta tradição, bem como os promotores da candidatura à UNESCO e os responsáveis pela sua preservação ao longo dos últimos 10 anos. -----

Enviar esta Saudação para as seguintes entidades: -----

- Grupos Corais Alentejanos e associações culturais do concelho; -----

- Ministério da Cultura; -----

- Delegação da UNESCO em Portugal; -----

A Senhora Presidente colocou a Saudação para discussão. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a Saudação a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**. -----

Pelo Senhor João Alberto Machado Guerreiro, eleito da CDU, foi apresentada a seguinte Moção: -----

“Moção -----

Pela urgente requalificação das Estradas Nacionais EN 120, EN 262 e mais segurança no Chaparal e Retiro do Pontão -----

Considerando que: -----

1-A EN 120, particularmente no troço entre Cruz de João Mendes e Santiago do Cacém, encontra-se em condições degradantes, com buracos, fissuras e irregularidades no pavimento, que comprometem a segurança dos condutores, passageiros e peões; -----

2- A falta de manutenção adequada nas localidades do Chaparral (km 77,2) e Retiro do pontão (km 75,5), na freguesia do Cercal do Alentejo, representam um risco significativo para os peões, sobre tudo idosos, devido ao tráfego rodoviário intenso; -----

3- A EN 262 é fundamental para as ligações regionais, nomeadamente entre Santiago do Cacém, Abela e Alvalade, apresenta também um estado avançado de degradação, principalmente entre Abela e S. Domingos, que se agravam consideravelmente a cada inverno; -----

4- Estas vias são cruciais não só para o tráfego de veículos ligeiros, mas também para o transporte de pesados, essenciais para a economia local e regional, incluindo o escoamento de produtos agrícolas e industriais; -----

5- A ausência de intervenções estruturais por parte da Infraestruturas de Portugal (IP) e do Governo representa uma grave falha no investimento público e na garantia de condições de circulação seguras e dignas. -----

6- Mais uma vez em sede de Orçamento de Estado voltaram a ser chumbadas estas obras essenciais. -----

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 18 de Dezembro, delibera: -----

1-Exigir ao Governo e à Infraestruturas de Portugal a requalificação urgente da EN 120, no troço entre Cruz de João Mendes e Santiago do Cacém. -----

2-Solicitar a colaboração de dispositivos de redução de velocidade (como semáforos limitadores) nas localidades do Chaparral e Retiro do Pontão, aumentando a segurança dos peões e condutores. -----

3-Exigir a reparação da EN 262, principalmente entre Abela e S. Domingos, garantindo condições de circulação seguras e adequadas tanto para veículos ligeiros como para pesados, essenciais para a dinâmica económica e social do concelho. -----

4. Manifestar a profunda indignação pela ausência de um plano de investimento e manutenção eficaz por parte do Governo e da Infraestruturas de Portugal, que tem contribuído para o agravamento das condições das estradas nacionais no concelho e têm sido ignoradas em vários Orçamentos de Estado. -----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, ao aprovar esta moção, compromete-se a enviar esta deliberação às seguintes entidades: Primeiro-Ministro; Ministro das Infraestruturas; Infraestruturas de Portugal; Comunicação Social. -----

A Senhora Presidente colocou a moção para discussão. -----

O Senhor Sérgio Santiago, eleito da CDU, referiu que apesar de concordar com a moção, considerou que também deveria ter sido mencionado o troço da Estrada Nacional 120, entre Santiago do Cacém e Cercal do Alentejo e o troço entre da Estrada Nacional 261 entre Cercal do Alentejo e Alvalade. -----

O Senhor Manuel Botelho Mourão, eleito do PS, referiu concordar com a moção, no entanto considerou que esta também devia ser enviada para a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral, porque a Câmara Municipal tem tido reuniões com as Infraestruturas de Portugal, que é quem tem valências para resolver alguns destes problemas, no entanto a CIMAL deveria ser envolvida no sentido de tentar que seja feita uma ligação de Santiago do Cacém à autoestrada, tendo em conta que esta ligação não foi prevista nas obras que estão a decorrer. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, referiu que em várias Sessões da Assembleia Municipal deu informação sobre este assunto, referiu ainda que a Câmara Municipal e a CIMAL têm reunido com Membros do Governo e com as Infraestruturas de Portugal sobre o mau estado das estradas nacionais no Município, bem como o mau estado das acessibilidades à cidade de Santiago do Cacém e por esse motivo considera importante que a moção apresentada seja aprovada. -----

Mais referiu que quer o atual, quer os anteriores governos e as Infraestruturas de Portugal têm conhecimento do estado das estradas nacionais no Município de Santiago do Cacém, que resulta do pouco investimento que tem sido feito nos últimos anos. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta moção a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----





JARDIM MUNICIPAL – ILUMINAÇÃO

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, questionou sobre o ponto de situação da iluminação do Jardim Público Municipal e para quando esta prevista a conclusão da obra.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que a empreitada ainda não está concluída, tem havido algumas dificuldades entre o empreiteiro e o subempreiteiro da parte elétrica. Acrescentou ainda que já reuniu com a administração da empresa que está a executar a obra, que alega que o subempreiteiro não tem cumprido os prazos de execução, no entanto considera que até meio do mês de janeiro a obra possa estar concluída.

CLUBE SANTIAGO VOLLEY 4 ALL

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referiu que o Clube Santiago Volley 4 All, tem tido algumas dificuldades para ter um espaço para treinar, atualmente treinam no Pavilhão Municipal, no entanto e devido aos clubes que aí treinam e às atividades que se realizam naquele espaço, as jovens atletas chegam a ter treinos que terminam às vinte e três horas, situação que é complicada para jovens estudantes de tenra idade.

Mais referiu que há cerca de um ano, o clube solicitou a cedência do Pavilhão da Escola Manuel da Fonseca para treinar, no entanto têm sido levantados vários entraves por parte da direção do Agrupamento. Tendo em conta que a Câmara Municipal, devido à transferência de competências, tomou a liderança do processo, gostaria de saber qual o ponto da situação.

O Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, referiu que após a transferência de competências, quem tem o direito de decidir se aluga ou não aluga é a Câmara Municipal, considerando que deve haver entre as partes, boa vontade e a conciliação de interesses.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que em junho de dois mil e vinte e três, o Clube Volley 4 ALL e o Clube de Karaté do Litoral Alentejano, solicitaram à Câmara Municipal a cedência o pavilhão da Escola Secundária Manuel da Fonseca para poderem treinar. Tendo em conta que a Câmara Municipal havia recebido a transferência de competências das Escolas recentemente, o Diretor do Agrupamento estava de saída e a nova Direção tinha de preparar o inicio das aulas do ano seguinte, a situação ficou para ser analisada no decorrer do mês de outubro.

Referiu ainda que em outubro houve uma reunião com a Direção da Escola em que foi colocada a possibilidade da utilização do pavilhão para o treino da equipa de voleibol feminino Volley 4 ALL e da equipa de artes marciais Karaté do Litoral Alentejano, posteriormente teve conhecimento que a equipa de Karaté começou a treinar gratuitamente no pavilhão da escola enquanto, ao Clube de voleibol foi pedido um valor de seiscentos euros para treinar.

Mais referiu que perante esta situação a Câmara Municipal tentou marcar uma reunião, com a Senhora Diretora, o que não foi possível, por esta se encontrar de baixa médica e demissionária. Após a nova Diretora assumir funções foi agendada nova reunião tendo sido colocada a situação ao que a Senhora Diretora, ficou de avaliar.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu ainda que posteriormente voltou a colocar a situação à Senhora Diretora e informou que a gestão dos espaços escolares fora do horário escolar, são da competência do Município, informação que foi remetida à Direção do Agrupamento através de email, em março, abril e em novembro. Posteriormente a Câmara Municipal teve conhecimento de um regulamento,

supostamente aprovado pela Senhora Diretora do Agrupamento, sem qualquer fundamento legal e com a definição valores. Acrescentou ainda que também foi informado que foi exigido ao Clube de Karaté do Litoral Alentejano, o pagamento para a utilização do espaço e no caso desse pagamento não ser efetuado, não poderiam treinar naquele local, informação que confirmou com o Clube.

Referiu ainda que falou com a Senhora Diretora sobre a ilegalidade da cobrança de uma verba para utilização do pavilhão da escola, pois este é um equipamento do Município, posteriormente a Direção do Agrupamento remeteu um email para a Câmara Municipal a informar que iria cumprir as orientações da Câmara Municipal sobre o não cobrança aos clubes, mas que até a Câmara Municipal ter um regulamento aprovado para a utilização dos equipamentos escolares, os clubes não poderiam utilizar o espaço.

Mais referiu que após esta postura da Diretora do Agrupamento, a Câmara Municipal enviou um email, a informar que o Município passará a fazer a Gestão dos equipamentos escolares e caso não haja uma resposta por parte da Senhora Diretora do Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém, a Câmara Municipal irá fazer uma participação ao Ministério Público.

OBRAS NA FERROVIA – ACESSO A SANTIAGO DO CACÉM - EN261

O Senhor Carlos Mesquita Figueiredo, eleito do PS, questionou sobre o ponto de situação das obras da ferrovia.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que teve uma reunião no dia vinte e cinco de novembro com as infraestruturas de Portugal, dono da obra, que informou não ter condições de dar uma data para o termino da obra, dado que o empreiteiro não tem cumprido com os prazos.

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

O Senhor Carlos Mesquita Figueiredo, eleito do PS, questionou se em relação ao Conselho Municipal de Segurança, existe alguma informação útil que possa ser dada aos membros da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que irá ser agendada para breve uma reunião do Conselho Municipal de Segurança.

ORDEM DO DIA:

--1. Expediente.

A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que entrou nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, de setembro a dezembro de dois mil e vinte e quatro, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número vinte, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

--2. Ata

A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a Ata número sete, da Sessão Ordinária de dezoito de dezembro de dois mil e vinte e três.

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato, a votação, a qual foi aprovada, por unanimidade.

Não votaram as/os eleitas/os, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, por não terem estado presente na reunião.



3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL

a) Grandes Opções do Plano e Orçamento/Dois Mil e Vinte e cinco, Dois Mil e Vinte e Nove.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA**: Submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e Orçamento Dois Mil e Vinte e cinco, Dois Mil e Vinte e Nove.

FUNDAMENTOS: UM -De acordo com o nº 46-1 do ponto 11 da Norma de Contabilidade Pública (NCP) nº 26 contabilidade e relato orçamental, publicadas em anexo ao Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, na redação atual, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) ---

DOIS -Conforme o disposto na alínea c) do nº. 1 do art.º 33º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual. ----- documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número vinte e um, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

No âmbito da apresentação das GOPs, o Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha referiu que os documentos ilustravam aquela que tem sido a tendência de crescimento dos últimos anos, voltando este a ser o orçamento com o maior investimento de sempre, sem que isso tenha a ver com o facto de ser ano de eleições. É um documento de continuidade dos anos anteriores, que reflete uma gestão criteriosa do ponto de vista financeiro, de “contas certas” e cumprindo do ponto de vista da execução da receita o que está definido na Lei.

Mais referiu que este documento demonstra o investimento que sem sido feito, no Município, em todas as áreas.

Exemplificando do investimento feito, algumas obras com um peso financeiro mais significativo, nomeadamente:

Requalificação da Avenida Dom Nuno Álvares Pereira, em Santiago do Cacém, obra já adjudicada prevendo-se que tenha inicio nos primeiros meses do próximo ano. A requalificação do Bairro da Atalaia, em Vila Nova de Santo André e a requalificação do Largo dos Caeiros, no Cercal do Alentejo.

Também a Estratégia Local de Habitação, uma candidatura no âmbito da Plano de Recuperação e Resiliência – PRR e a requalificação da Escola Padre António Macedo, em Vila Nova de Santo André, irá ser lançado concurso, no entanto, a obra da ESPAM ainda não tem garantia de financiamento e só irá avançar se houver essa garantia por parte do governo.

Mais referiu que nas áreas empresariais, está prevista a ampliação da área empresarial de Santiago do Cacém, a requalificação da ZAM de Vale de Água, a expansão da área empresarial de Ermidas Sado, o projeto do Canil Municipal, continuação da pavimentação de caminhos rurais e arruamentos e vias. Estão também previstos investimentos nas áreas de abastecimento de água, resíduos sólidos, espaços verdes.

Acrescentou ainda que também a nível modernização administrativa e eficiência, e equipamento informático, irá ser feito um investimento significativo.

Referiu ainda que também houve um aumento nas transferências para as Associações de Bombeiros de cerca de cento e vinte por cento, e o reforço do apoio ao movimento associativo desportivo e ao movimento associativo cultural.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, salientou que este foi o último orçamento que tem o privilégio de apresentar como Presidente da Câmara Municipal, documento

que considerou de continuidade de uma política autárquica da CDU, da qual se orgulha e que espera que continue por muitos mais anos, pois são políticas que têm como objetivo servir as pessoas e desenvolver o município. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Intervi o Senhor Carlos Mesquita de Figueiredo, eleito do PS, que questionou sobre os critérios para atribuição de verbas às Associações de Bombeiros do Município de Santiago do Cacém, qual o motivo de uns receberem mais do que outros. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que as verbas atribuídas para subsídios são iguais para todas as Associações de Bombeiros do Município, o que difere é as verbas atribuídas para o pagamento de seguros, que varia consoante as viaturas que cada Associação tem. -----

O Senhor Carlos Mesquita de Figueiredo, questionou sobre o projeto SIG – Sistema de Informação Geografia, e sobre que informação irá ser colocada neste projeto. -----

Questionou ainda sobre o projeto de promoção e desenvolvimento económico, em que está prevista uma verba de cento e vinte mil euros em AMR, a que se destina. -----

Em relação aos espaços verdes e jardins, gostaria de saber se existe algum projeto para aumentar a área verde e para plantar árvores em áreas urbanas sem sombreamento, ou se a verba que está prevista, é apenas para reposição de árvores. -----

Mais referiu, que não conseguiu ver documento, nenhuma verba para o aumento de parqueamento na cidade, questionando se está alguma coisa prevista. -----

Acrescentou ainda também não encontrou nada, em relação aos apoios à infância e à terceira idade. -----

O Senhor Sérgio Santiago, Presidente da Junta de Freguesia de Cercal do Alentejo, eleito da CDU, questionou sobre o Espaço Multiusos de Cercal do Alentejo e sobre o que previsto para o ano de dois mil e vinte e cinco. -----

Questionou ainda, sobre a requalificação do Largo dos Caeiros e sobre as Infraestruturas do Loteamento do Cercal do Alentejo, página cinquenta do documento, se este último projeto está enquadrado na estratégia local de habitação. -----

O Senhor Ricardo Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, eleito do PS, referiu que foi com satisfação que verificou a atribuição de uma verba significativa para a área social, nomeadamente o valor de quinhentos mil euros para a construção da futura Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, em Vila Nova de Santo André, mudança por parte do Município que considerou positiva, tendo em conta há alguns anos atrás para a construção da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, de Alvalade contribuiu com trinta mil euros, considerando bastante positivo que o Município atribua mais apoio às áreas sociais. -----

Questionou ainda sobre o ponto situação e o que está previsto fazer, tendo em conta que a verba que está orçamentada, no Loteamento dos Regantes, em Alvalade. -----

Em relação à Escola Professor Arménio Lança em Alvalade, gostaria de saber o ponto de situação da reparação cobertura dos dois pavilhões, da vedação e da retirada do amianto. -----

Mais referiu que o seu sentido de voto para as Grandes Opções do Plano e Orçamento, será favorável, tendo em conta que na reunião com o Município de Santiago do Cacém todas as questões que foram colocadas por parte da Junta de Freguesia, foram aceites por parte do Município. -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referiu que as rúbricas da Receita e da Despesa, não diferem muito do ano passado, no entanto a rúbrica relativa à receita, Taxas, Multas e Outras Penalizações, que teve uma previsão,



no ano anterior de quase dois milhões de euros, este ano a previsão é para menos de metade, tendo questionado o motivo desta diferença. -----

O Manuel Botelho Mourão, eleito do PS, referiu que o ano de dois mil e vinte e cinco, foi um ano que houve uma grande transferência do Orçamento de Estado para as Autarquias, em que a autarquia de Santiago do Cacém também foi contemplada com dezanove vírgula dezasseis milhões de euros o que corresponde em percentagem a doze por cento de aumento. -----

Mais referiu que tal como refere o documento houve uma receita significativa referente ao PRR e Portugal 20/30, e também da transferência de competências que embora haja despesas a verba que é transferida tem um valor significativo. -----

Em relação às verbas referentes a transferência de competências, que no Município de Santiago do Cacém abrangeu a Educação e na Ação Social, o documento refere uma verba de cerca de três milhões de euros, no entanto não diferencia essa quantia. Pelo que questionou sobre o valor que é afeto a cada uma das áreas. Questionou ainda qual o valor da verba transferida, para as escolas, para despesas correntes e despesas com pessoal, e se as mesmas são suficientes. -----

Referiu ainda que para a Escola Padre António Macedo, em Vila Nova de Santo André no documento das Grandes Opções do Plano e Orçamento, está prevista uma verba de treze milhões de euros, o mesmo valor que estava previsto para o Parque Escolar, tendo questionado se o projeto vai ser executado internamente, pelos serviços municipais, ou por uma empresa externa, e qual o ponto de situação do mesmo. No caso de já ter sido executado, se já foi remetido à CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo. -----

Em relação à Escola Básica 2/3 de Vila Nova de Santo André e à Escola Professor Arménio Lança, em Alvalade, não constavam das escolas que iriam beneficiar de melhorias, questionando o que está previsto para estas escolas e qual o ponto de situação. -----

Acrescentou ainda que a Escola 2/3 de Vila Nova de Santo André, necessita de algumas obras, nomeadamente na vedação da escola, a substituição das janelas por janelas com vidro duplo e a substituição do piso do campo de jogos. -----

Questionou ainda se a questão do amianto da Escola Professor Arménio Lança, em Alvalade, já foi resolvida e se não foi, qual o ponto de situação. -----

O Senhor Manuel Mourão, questionou se a Câmara Municipal já avançou ao vai avançar com os projetos de requalificação das restantes escolas, nomeadamente a Escola Manuel da Fonseca e a Frei André da Veiga, em Santiago do Cacém e a Escola de Cercal do Alentejo, apesar de ainda existir algum tempo, seria importante que a Câmara Municipal pensasse nestes projetos e os discutisse com os órgãos de gestão das escolas para analisar em conjunto as necessidades das mesmas. -----

Em relação ao programa 1º Direito, existe uma verba de um vírgula dois milhões de euros, para o ano de dois mil e vinte e cinco, para construção e reabilitação, pelo que pretendia saber quantas habitações irão ser construídas no Cercal do Alentejo e em Vila Nova de Santo André e quantas casas irão ser reabilitadas. Questionou ainda quantas habitações irão ser feitas e reabilitadas até dois mil e vinte e nove. -----

Questionou ainda qual a verba afeta a transportes e a comunicações, dado que não conseguir perceber, porque a verba afeta não está desriminada. -----

Em relação à verba para requalificação de arruamentos e vias no Município, gostaria de saber quais as ruas e as vias do município que irão ser intervencionadas. -----



Referiu ainda que nas páginas dezasseis e vinte, do documento, os valores referentes à Estratégia Local de Habitação não são iguais, tendo solicitado a retificação. Também na página vinte e quatro a tabela contém valores que estão incorretos. -----

O Senhor Manuel Mourão, referiu que existindo um saldo que irá transitar para o ano seguinte, questionou o motivo de não utilizar este valor, ou parte dele, para amortizar a dívida de médio e longo prazo. -----

Referiu ainda que mais uma vez chama a atenção para o facto de que na rúbrica “outros”, quer na receita, quer na despesa, são mencionados valores, em que não existe identificação a sua origem. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o projeto SIG – Sistema de Informação Geografia, tem a ver com várias áreas, como licenciamentos, saneamento, águas, tudo o que seja infraestruturas municipais. -----

Em relação à reflorestação está prevista uma verba de cerca de seiscentos e setenta mil euros para plantação de árvores em todo o Município. -----

Em relação a verbas para creches e infraestruturas para idoso, salientou que o Senhor eleito na Assembleia Municipal pelo PS, partido que governou Portugal, nos últimos oito anos, não investiu um único céntimos em creches no Município. Salientando que apesar desta ser uma competência do Poder Central a Câmara Municipal tem apoiado as IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social. -----

Em relação ao Espaço Multiusos no Cercal do Alentejo, os Serviços Municipais estão a elaborar o projeto, para lançar com o concurso em dois mil e vinte cinco, a obra está prevista iniciar em dois mil e vinte e seis. -----

A obra de requalificação do Largo dos Cairós está prevista iniciar em dois mil e vinte e cinco. -----

Em relação às habitações a construir no âmbito da Estratégia Local de Habitação o que está previsto e aprovado são vinte e quatro fogos no Cercal do Alentejo, vinte e quatro fogos em Vila Nova de Santo André e a requalificação de quatro fogos em Santiago do Cacém. Estes quatro fogos não estão abrangidos pelo PRR, mas sim através de uma verba prevista no Orçamento de Estado. -----

Em relação à verba que o Município atribuiu para a construção da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, em Vila Nova de Santo André em comparação ao que foi atribuído, no passado para a construção Estrutura Residencial de Alvalade, salientou que a situação financeira do Município, atualmente é muito diferente do que era no passado, e por isso é possível atribuir esta verba que é muito importante para a concretização daquele projeto. -----

Em relação ao Loteamento dos Regantes, em Alvalade está previsto para os anos de dois mil e vinte e cinco e vinte e seis, já se está a trabalhar na adaptação dos projetos e brevemente será feita a escritura e posteriormente lançar o concurso público. -----

Em relação às Escolas, a Câmara Municipal recebeu esta competência à cerca de dois anos e meio, com a garantia do Poder Central que financiaria as obras das escolas a cem por cento, no entanto tirando a Escola Secundária Padre António Macedo, não existe garantia de financiamento para nenhuma outra escola do Município. Salientou ainda que os avisos de concurso no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência obrigam as Autarquias a já tiverem o projeto feito, ou seja a Câmara Municipal recebeu as Escolas à pouco mais de dois anos, no caso da ESPAM teve de aguardar mais de um ano para que o Ministério da Educação entregasse os projetos, pelo que estranha que se queira que a Câmara Municipal faça em pouco mais de dois anos o que o Estado Central não fez em quarenta anos.-----



Em relação à Escola Arménio Lança em Alvalade, foi lançado concurso público pelo Ministério da Educação para a remoção do amianto e reparação dos pavilhões, concurso que ficou deserto, no entanto houve a garantia por parte da Senhora Diretora Regional e do Ministério da Educação, que iria ser feito um aumento de verba e lançado novo concurso no início do próximo ano. -----

Em relação à rubrica arruamentos e vias, estas pavimentação são para executar no município cabendo ao executivo decidir politicamente quais os arruamentos e as vias a pavimentar. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitos/os da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, Rita Susana Ribeiro Gonçalves, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Joaquim António Gamito, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, Fábio Daniel de Figueira Almeida Pereira, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, e um do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz. - Cinco abstenções, das e dos eleitos/os do PS, Senhor/a/e/s, Ana Harea, Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva e António Mário Conceição da Costa. -----

Seis votos contra, sendo, um do eleito do PS, Senhor Manuel Botelho Mourão, três dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores/as Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos e Maria Teresa Pereira Machado Branco, um da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira e um do eleito do Chega, Senhor Marco Paulo da Silva Mendes Guerreiro. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: Pelo Senhor Manuel Botelho Mourão, eleito do PS, foi apresentada a seguinte Declaração de Voto: “Voto contra as Grandes Opções do Plano 2025/29. -----

1 – Em virtude de ser apresentado na rubrica outros um valor na receita de 3.409.590€ e na despesa a rubrica outros ascende a 9.592.580€. -----

2 – O total de impostos diretos é de 9.520.000 euros e não se assiste à distribuição de parte dos 5% do IRS, à diminuição do IMI e à aplicação do IMI Familiar” -----

Pelo Senhor Pedro do Ó Ramos, em representação dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, referiu que a Declaração de Voto, será a mesma que foi apresentada na Câmara Municipal pelo Senhor Vereador Luis dos Santos, eleito pela mesma força política: “Estamos perante um orçamento na mesma linha dos anteriores, um orçamento de gestão corrente, que não aposta numa estratégia para o Concelho. -----

A nível fiscal, a Câmara continua a reduzir gradualmente o IMI, sabendo que a receita nominal deste imposto se mantém, em vez de baixar definitivamente para o nível mais reduzido. Essa redução não traria qualquer impacto para as contas do Município. -----

Continua também a recusar implementar o IMI familiar, reduzir a participação no IRS dos Municípios, ou a derrama paga pelas empresas. -----

Os investimentos não são definidos pela sua prioridade, mas sim em função da tipologia dos fundos comunitários disponíveis, e a Câmara continua a ignorar as oportunidades que surgem com o crescimento da actividade económica nos concelhos vizinhos,

nomeadamente os investimentos na plataforma industrial e logística de Sines, ou o crescimento da actividade imobiliária e turística no concelho de Grândola. -----

No que diz respeito a um dos maiores problemas para as famílias do nosso Concelho, a habitação, embora a Câmara disponha de uma situação privilegiada, uma vez que é proprietária de uma considerável quantidade de terrenos para habitação, principalmente em Vila Nova de Santo André, opta por disponibilizar esses mesmos terrenos de forma demasiado reduzida e faseada. -----

Todos sabemos que este é um problema geral e não apenas do nosso Concelho, mas a verdade é que uma das formas de atenuar o aumento do preço da habitação é a disponibilização de maior oferta.” -----

Pela Senhora Carmen Sofia Martins Figueira eleita do BE, foi apresentada a seguinte declaração de Voto: “À semelhança do ano passado, este é o maior orçamento de sempre, acompanha a inflação, mas estruturalmente pouco ou nada muda. É um plano apoiado no Plano de Recuperação e Resiliência e transferência de competências. Para o Bloco de Esquerda o orçamento deve ser o documento que traduz uma política de justiça social e ecológica, com prioridades claras na habitação e na transição energética. Na Habitação, o GOP restringe-se à Estratégia Local de Habitação e na Transição Energética não há progresso - é um orçamento de “gestão corrente” Em reunião com o executivo da Câmara, ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, voltámos a defender um mercado social de habitação que combata a especulação e enfrente a crise com mais oferta pública, rendas acessíveis, intervenção em devolutos, a criação de uma bolsa de emergência, apoio ao regime de autoconstrução e/ou cooperativo, assim como intervir no mercado, acordando com os construtores quotas a custos controlados. ----- A transição energética deve ser justa, republicana e democrática, devendo constituir um contributo imprescindível para a descarbonização, pelo que defendemos que se avance para a Produção Pública de Energia Renovável, através de unidades municipais de produção descentralizada, com utilização preferencial em edifícios/equipamentos, iluminação, viaturas e numa rede de transporte municipal com minibus elétrico. ----- Por não responder às mais prementes necessidades das populações no que diz respeito à grande crise habitacional e auto suficiência energética, o Bloco de Esquerda vota **CONTRA**” -----

Pela Senhora Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte declaração de Voto: “Ao tomarmos conhecimento do orçamento e das Grandes Opções do Plano(GOP) da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, é evidente que estamos perante um documento estratégico que reflete uma visão ambiciosa, mas responsável, para o desenvolvimento do concelho. Este é o orçamento com o maior volume de investimento de sempre, traduzindo-se numa aposta clara e consistente no progresso e na melhoria da qualidade de vida da população. -----

Os investimentos previstos abrangem áreas essenciais como a regeneração urbana, a cultura, a educação, o desporto, e o apoio ao movimento associativo e às corporações de bombeiros. Estes são pilares fundamentais para o bem-estar da população, demonstrando que o Executivo está comprometido com as necessidades reais dos munícipes e com o crescimento sustentável do concelho. -----

Destacamos ainda a abordagem equilibrada deste orçamento, que alia ambição a realismo, dentro das competências legais da Câmara Municipal. Este equilíbrio é essencial para garantir que os projetos previstos sejam concretizáveis e tragam benefícios tangíveis para a população, reforçando a confiança nas políticas públicas locais. -----

[Assinatura]
Assim, manifestamos o nosso voto favorável, enaltecendo a visão estratégica que norteia este orçamento e as GOP.

Reconhecemos e valorizamos o empenho da Câmara Municipal em trabalhar por um concelho mais desenvolvido, inclusivo e dinâmico, onde todos possam usufruir de uma melhor qualidade de vida.

Que este seja mais um passo para afirmar Santiago do Cacém como um território de oportunidades e progresso!"

b) Mapa de Pessoal 2025.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA: UM:** Submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Mapa de Pessoal para 2025, com identificação dos postos de trabalho, cujas funções preenchem os requisitos de penosidade e insalubridade e nível atribuído.

DOIS: Aprovar a atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade aos trabalhadores que desempenham funções nas áreas de recolha e tratamento de resíduos e tratamento de efluentes, higiene urbana, saneamento, procedimentos de inumação, exumação, transladação, cremação, abertura, aterro e arranjo de sepulturas, limpeza de canis e recolha de cadáveres animais, bem como de asfaltamento de rodovias, correspondente ao nível alto de penosidade e insalubridade, no valor de 4,99€ ou 15% da remuneração base diária, sendo abonado a que corresponde ao valor superior, por cada dia efetivamente prestado, em sujeição àquelas condições, com efeitos reportados a 01 de janeiro de 2025.

FUNDAMENTOS: De Facto: Tendo em conta a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis, o mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho necessários para o desenvolvimento das atividades de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução, bem como a identificação dos postos de trabalho da carreira geral de assistente operacional cuja caracterização implica o exercício de funções em condições de penosidade e insalubridade, e nível atribuído e é aprovado pela Assembleia Municipal.

De Direito: De acordo com o disposto nos artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro.

Documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número vinte e dois, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão.

Interviu o Senhor Carlos Luis Mesquita de Figueiredo, eleito do PS, que referiu que irão ser abertas mais cento e trinta e seis vagas, no quadro de pessoal, estando vinte e cinco trabalhadores em mobilidade, pelo que questionou quantas rescisões estão em causa e quantas reformas estão previstas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que é apenas uma previsão, pois a Câmara Municipal tem de ter lugares previstos para no caso de necessitar contratar o poder fazer, também é necessário haver lugares para os trabalhadores estão em mobilidade.

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezanove votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU,** Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo

Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, Rita Susana Ribeiro Gonçalves, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Joaquim António Gamito, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, Fábio Daniel de Figueira Almeida Pereira, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, e três dos/as eleitos/as do PS, Senhores/as, Ana Harea, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva e Ricardo Jorge da Cruz. -----
Nove abstenções, sendo quatro das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Manuel Botelho Mourão, Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva e António Mário Conceição da Costa, três dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores/as, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos e Maria Teresa Pereira Machado Branco uma da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira e um do eleito do Chega, Senhor Marco Paulo da Silva Mendes Guerreiro.-----

c) Apoio às Freguesias do Município de Santiago do Cacém - Ano de 2025 -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA:** Submeter à Assembleia Municipal a aprovação dos seguintes apoios às freguesias, a atribuir em 2025, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações:-----

(unidade: euros)

JUNTAS DE FREGUESIA	TRANSFERÊNCIAS		
	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
Abela	6 450,00	14 940,00	21 390,00
Alvalade	10 408,00	27 486,00	37 894,00
Cercal do Alentejo	14 847,00	29 127,00	43 974,00
Ermidas Sado	13 531,00	12 837,00	26 368,00
Santo André	49 894,00	15 566,00	65 460,00
S. Francisco	19 819,00	8 413,00	28 232,00
União Freguesias Santiago Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu	107 729,00	56 569,00	164 298,00
União Freguesias São Domingos e Vale de Água	14 065,00	27 289,00	41 354,00
TOTAL	236 743,00	192 227,00	428 970,00

FUNDAMENTOS: De Facto UM: As freguesias são entidades autárquicas que prestam, por excelência, serviços de proximidade às populações; -----

DOIS: Tal realidade acentua-se num Município como o de Santiago do Cacém, dada a sua extensão territorial e as diversas necessidades populacionais; -----

TRÊS: Estas autarquias recebem transferências da Administração Central, manifestamente insuficientes para que possam fazer face aos custos inerentes aos já referidos serviços que prestam às populações; -----


QUATRO: Ainda que competisse à Administração Central que as transferências de verbas que realiza para as freguesias sejam ajustadas e proporcionais às competências conferidas, importa garantir a continuidade da prossecução, promoção e salvaguarda dos interesses próprios das populações através das Juntas de Freguesia; -----

CINCO: Encontra-se previsto nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025 dotações que englobam os apoios em causa. -----

De Direito: UM: Compete à Câmara Municipal apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta, de acordo com o artigo 33.º n.º 1, alínea ccc) do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

DOIS: Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, de acordo com artigo 25.º n.º 1, alínea j) do supracitado regime. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, Rita Susana Ribeiro Gonçalves, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Joaquim António Gamito, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, Fábio Daniel de Figueira Almeida Pereira, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves um do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz.----
Onze abstenções, sendo seis das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Manuel Botelho Mourão, Ana Harea, Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva e António Mário Conceição da Costa, três dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores/as, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos e Maria Teresa Pereira Machado Branco uma da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira e uma do eleito do Chega, Senhor Marco Paulo da Silva Mendes Guerreiro.-----

d) Aquisição de serviços de seguros diversos. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA:** Solicitar à Assembleia Municipal autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito do contrato que se pretende celebrar para a aquisição de serviços de seguros, para um período de 36 meses, com início previsto a 01 de abril de 2025, com o encargo estimado de 266 600,00 €, para cada um dos anos de 2025, 2026 e 2027. -----

FUNDAMENTOS: a) De acordo com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação vigente; -----

b) Para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação vigente. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU**, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, Rita Susana Ribeiro Gonçalves, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Joaquim António Gamito, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, Fábio Daniel de Figueira Almeida Pereira, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Moraes Ribeiro Gonçalves, **sete das e dos eleitas/os do PS**, Senhor/a/e/s, Manuel Botelho Mourão, Ana Harea, Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, António Mário Conceição da Costa e Ricardo Jorge da Cruz, **três dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores/as**, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos e Maria Teresa Pereira Machado Branco e **um do eleito do Chega**, Senhor Marco Paulo da Silva Mendes Guerreiro.

Uma da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira.

e) Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA: UM** –Submeter à Assembleia Municipal a Adesão do Município de Santiago do Cacém à Rede Portuguesa de Município Saudáveis, aprovada em Reunião de Câmara de 10/10/2024.

DOIS –A designação como representante do Município de Santiago do Cacém na Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, para além do Sr. Presidente da Câmara, que é obrigatoriamente membro daquela Assembleia, a Senhora Vereadora do Pelouro da Saúde, Sónia Gonçalves;

DOIS –A designação da Dirigente Filomena Martins Marquês para integrar a Equipa Técnica e participar nas reuniões organizadas bimestralmente por aquela entidade;

FUNDAMENTOS: De Facto: Igual aos Fundamentos de Facto da Proposta de Agenda com o N.º de Registo n.º 30186, de 02/10/2024, Processo n.º 2024/900.10.502/28.

De Direito: **UM** –Nos termos da das alíneas s) e oo) do n.º 1 do artigo 33, n.º 1 do artigo 108 do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1 do artigo 10 dos Estatutos daquela entidade;

DOIS –Compete à Assembleia Municipal sobre proposta da Câmara Municipal nos termos da alínea u) n.º 1 do artigo 25 e n.º 1 do artigo 108 do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número vinte e três, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão.

Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU**, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, Rita Susana Ribeiro Gonçalves, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto



Machado Guerreiro, Joaquim António Gamito, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, Fábio Daniel de Figueira Almeida Pereira, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, quatro das e dos eleitos/os do PS, Senhor/a/e/s, Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, António Mário Conceição da Costa e Ricardo Jorge da Cruz, três dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores/as, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos e Maria Teresa Pereira Machado Branco e um do eleito do Chega, Senhor Marco Paulo da Silva Mendes Guerreiro.-----

Quatro abstenções, sendo três das e dos eleitos/os do PS, Senhor/a/e/s Manuel Botelho Mourão, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva e Ana Harea, e uma da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira.-----

4. ATIVIDADE AUTÁQUICA -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou informação sobre a Atividade da Câmara Municipal nos meses de agosto a outubro de 2024. -----

documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número quatro, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou o documento a discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

A Senhora Presidente desejou Boas Festas e Feliz Ano Novo a todos. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pela Senhora Primeira Secretária a relação, em Minuta, das deliberações tomadas na Sessão, a constar em Ata. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente. Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade.** -----

Os trabalhos foram declarados encerrados pela Senhora Presidente, às vinte e duas horas e cinquenta e sete minutos. -----

Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

